

Flexibilidade: a atual exigência do mercado de trabalho

Fernanda Andrade (*)

O mercado de trabalho tem exigido cada vez mais dos profissionais

Com a crise e grandes volumes de demissão, realizar sozinho tarefas que antes eram feitas por três, quatro pessoas, tornou-se mais frequente do que se imagina. Lidar com as constantes mudanças estruturais ou de organograma faz parte do cotidiano de praticamente todas as empresas atualmente. Nesse sentido, é preciso muita flexibilidade para enfrentar as vulnerabilidades constantes. O popular "jogo de cintura" está sendo mais necessário do que nunca.

Inicialmente, os profissionais tendem a resistir às mudanças, relutá-las. Alguns tentam até minimizá-las, tentando negá-las ao máximo. O ser humano tende a querer se manter em sua zona de conforto. Fazer o que já sabe e tem domínio, é muito mais fácil e cômodo do que se aventurar por caminhos desconhecidos.

Mas chega um momento que não dá mais. Por mais que tentemos postergar, as situações se desenham de tal forma que não há mais como não encará-las de frente. É nesse momento que a flexibilidade se faz presente e tão necessária. É preciso se despir de algumas crenças pré-estabelecidas e estar aberto às novas possibilidades.

Como em todos os processos de mudança, o profissional terá de passar pela chamada curva de aprendizagem, onde precisará aprender coisas novas, como se tornar líder ou mesmo assumir uma outra área de negócio, diferente da que estava acostumado.

Essa flexibilidade irá exigir também uma boa dose de paciência. A perfeição requer treino e, todos que assumem uma nova função terão que desenvolver algumas competências técnicas e comportamentais diferentes. Só após um período de dedicação e esforço

extra é que se conquistará o conhecimento e habilidades necessárias para as novas atividades.

Muitas vezes, passada essa fase de adaptação, muitos profissionais avaliam a mudança como muito positiva, visto que os desafios podem ser estimulantes. Alguns se sentem tão motivados que podem, inclusive, sentir interesse por voltar a estudar, como forma de buscar mais conhecimento e ferramentas para lidar com as novas exigências.

Contudo, cabe destacar também que toda flexibilidade exige limite. Um profissional precisa ter uma meta, um plano de carreira bem claro. Ele precisa ter um plano de carreira estabelecido e o que pretende fazer para chegar lá. A flexibilidade pode ser interpretada como pequenas alterações de rota nesse caminho, mas elas não podem desviar o profissional de seu foco principal.

Quando faz uma mudança muito brusca de carreira, voltar à área de origem pode ser mais difícil. Mas, se a alteração de rota já era desejada, a mudança pode ser muito positiva e até renovadora. Por outro lado, ser inflexível também tem seu preço. Profissionais que se mantêm totalmente rígidos em seus propósitos, sem abrir qualquer tipo de exceção, pode perder muitas oportunidades.

As empresas valorizam muito a flexibilidade e, tendem a reconhecer quem fez algum esforço para ajudar a companhia em um momento de necessidade. Algumas concessões devem ser negociadas dentro de uma proposta de mudança. Muitas vezes, é necessário dar um passo para o lado ou até mesmo para trás para avançar mais lá na frente. Já quem não aceita ceder, pode nunca atingir seu objetivo.

Vale a pena pensar sobre isso.

(*) - É Gerente de Hunting e Outplacement da NVH - Human Intelligence (www.nvhuman.com.br).

Reforma tributária: relator quer votar ainda neste ano

Michel Jesus/Ag. Câmara



Luiz Carlos Haully, relator da proposta.

O relator da reforma tributária, deputado Luiz Carlos Haully (PSDB-PR), está articulando para que a proposta seja votada ainda neste ano, após as eleições. Segundo ele, o ano que vem já poderia ser o ano de testes do novo sistema, seguido de mais 5 para implementação total. Haully afirma que existe apoio do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, de governadores e até dos presidentes federais.

Para que a votação aconteça, porém, seria necessário interromper a intervenção no Rio de Janeiro, o que depende de outras negociações. A Constituição não pode ser emendada em caso de intervenção. Mas já existe um projeto em tramitação com o objetivo de suspender a operação militar. Haully acredita que o texto atual, que está em uma comissão especial e começou a tramitar há 14 anos, não vai sofrer resistência

de propostas anteriores.

"As tentativas de aprovação de reforma na década de 90 e nos anos 2000 esbarraram na questão da partilha. É onde eu estou tomando o maior cuidado de não mexer com a arrecadação dos entes federados. Ao contrário, se puder ajudar o ente mais fraco, que é o município, nós vamos fazer; como de fato está na proposta um ganho adicional para os municípios brasileiros", explicou.

A ideia do relator é acabar com ISS, ICMS, IPI, PIS, Cofins, Cide, salário-educação, IOF e Pasep, substituindo tudo por um imposto único sobre o consumo chamado de IVA, Imposto sobre Valor Agregado. Isso simplificaria o sistema e tornaria mais fácil o fim da incidência cumulativa da tributação, pois em cada fase da produção seria descontado o imposto pago na fase anterior (Ag.Câmara).

TSE registra mais de 23 mil candidatos às eleições de outubro

Mais de 23 mil candidatos a presidente, governador, senador e deputado federal, estadual e distrital vão disputar os votos de 147,3 milhões de eleitores brasileiros, segundo dados disponíveis no portal do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Encerrado o prazo para registrar as candidaturas, 13 nomes se apresentaram para disputar o Palácio do Planalto em outubro.

Para governador, segundo a última atualização do Sistema de Divulgação de Candidaturas e de Prestação de Contas, 171 candidatos pediram registro. Desses, 17 disputam a reeleição. O PSOL foi o partido que lançou o maior número de candidatos a governador, seguido do PSTU e do PT. O TSE contabiliza até agora 6.982 candidatos para disputar as 513 vagas de deputado federal.

Para deputado estadual e distrital, são 15.605 concorrentes a 1.059 vagas nas assembleias



Desse contingente, 30,6% são mulheres, cumprindo a meta prevista na legislação.

legislativas e na Câmara Legislativa do Distrito Federal. Mais

295 concorrem a 54 cadeiras no Senado. Considerando o total

de 23.812 candidatos a todos os cargos em disputa nas eleições de outubro, o PSL foi o partido que apresentou o maior número de concorrentes (1.259), seguido do PSOL (1.201), do PT (1.075) e do MDB (1.009).

Desse contingente, 30,6% são mulheres, cumprindo a meta prevista na legislação. Quase a metade dos candidatos têm ensino superior e 55% são casados. A maioria tem entre 35 e 59 anos de idade, mas há 50 candidatos na faixa de 80 a 84 anos. O total de candidatos em 2018 é menor que o registrado em 2014 (26.162). Os dados podem sofrer ajustes conforme a Justiça Eleitoral vá julgando os pedidos de registro (ABr).

Proposta oficializa Outubro Rosa

Destinar oficialmente o mês de outubro à conscientização sobre o câncer de mama no país, integrando o Brasil ao movimento internacional conhecido por 'Outubro Rosa', e estabelecer ações de divulgação sobre a doença é o objetivo do projeto da Câmara que está pronto para votação na Comissão de Assuntos Sociais do Senado.

Pelo texto da deputada Carmen Zanotto (PPS-SC), em todos os meses de outubro devem ser realizadas atividades para alertar a população sobre a doença, como expandir a iluminação dos prédios públicos com luzes cor de rosa; promover palestras, eventos e atividades educativas; veicular campanhas de mídia e informar a população por meio de banners, folders e outros materiais ilustrativos sobre a prevenção, o diagnóstico e o tratamento desse tipo de neoplasia.

Segundo a autora, o câncer de mama é a maior causa de morte por câncer entre as mulheres. Estima-se que sejam 520 mil mortes por ano em todo o mundo. A relatora, Marta Suplicy (MDB-SP), acrescentou que é o segundo tipo de neoplasia maligna mais comum em mulheres no Brasil e a que mais mata. O Instituto Nacional de Câncer (INCA) estima que, em 2018, cerca de 60 mil novos casos da doença sejam diagnosticados. Em 2016, de acordo com o Departamento de Informática do SUS, mais de 16 mil mulheres morreram por causa da doença (Ag.Senado).

Senado vai debater aumento dos suicídios no país

O aumento do número de suicídios no Brasil, suas possíveis causas e quais políticas públicas são necessárias para reverter esse quadro serão debatidos na Comissão de Direitos Humanos do Senado. O pedido para a audiência pública, feito pela presidente do colegiado, senadora Regina Sousa (PT-PI), foi aprovado, mas a data para a sua realização ainda não foi marcada.

Segundo a OMS, quase um milhão de pessoas se suicidam por ano no planeta, número maior do que as vidas ceifadas em guerras. Regina Sousa atestou a gravidade do assunto na justificativa para realização da audiência. "É uma questão séria, porque tem a ver com saúde pública também. É a questão da depressão que, normalmente, é o caminho [que leva ao suicídio]. E a depressão ainda não é muito vista como uma doença que tem de ter a atenção da saúde pública deste país", defendeu.

De acordo com a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), 90% dos casos de suicídio são preveníveis, por estarem associados a algum



Senadora Regina Sousa quer discutir o aumento do número de suicídios no Brasil.

tipo de transtorno mental, como a depressão. Regina mencionou estudo dos pesquisadores Daiane Borges Machado e Darci Neves dos Santos, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), com dados sobre a mortalidade brasileira entre os anos de 2000 e 2012. Em 1980, a taxa de suicídio era de 4,4 por 100 mil habitantes. Em 2000, chegou a 4,9 por 100 mil; passou para 5,7 em 2006 e chegou a 6,2 em 2012.

O suicídio é a terceira causa de óbito por fatores externos identificados, com 6,8% dos casos, atrás somente dos ho-

mícidios (36,4%) e das mortes relacionados ao trânsito (29,3%). No entanto, a mortalidade por suicídio no Brasil pode ser ainda maior, já que há subnotificação decorrente do estigma social do suicida, o que favorece a omissão de casos, esclarece o estudo. Segundo a reportagem "Prevenção do suicídio: é preciso falar. É possível salvar vidas", da Rádio Senado, a cada dia 32 pessoas cometem suicídio no Brasil. O país ocupa o oitavo lugar em número de mortes desse tipo no mundo, segundo a OMS (Ag.Senado).

Piso salarial para médicos e dentistas está pronto para ser votado

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado já tem condições de analisar o projeto que fixa em R\$10.991,19 o valor do piso salarial para médicos e cirurgiões-dentistas. O relator, senador Garibaldi Alves Filho (MDB-RN), entregou ao colegiado seu voto favorável à iniciativa. Os quase R\$ 11 mil superam o piso previsto na Lei 3.999, de 1961, que é de três vezes o valor do salário mínimo (R\$ 937 atualmente). A proposta também estabelece o reajuste anual do piso pelo INPC e fixa a jornada desses profissionais em quatro horas diárias ou 20 horas semanais.

"Entendemos que o novo valor está em consonância com a proposta da Federação Nacional dos Médicos (Fenam), que recomenda um salário mínimo de R\$ 11.675 para 20 horas semanais de trabalho. O estabelecimento de valor muito acima do proposto por aquela entidade poderia levar



A proposta também estabelece o reajuste anual do piso pelo INPC.

a problemas, como relações informais na contratação de alguns profissionais. A fixação do piso servirá para conferir segurança a essas categorias, além de reduzir a alta rotatividade", explicou o relator.

O autor do projeto, o ex-senador Paulo Davim, afirma que a proposta vai sanar uma irregularidade, visto que a Constituição proíbe a vincu-

lação ao salário mínimo para quaisquer fins. "É, portanto, inconstitucional a utilização do salário mínimo como indexador de base de cálculo de piso salarial, conforme já pacificado pelo STF, em sua Súmula Vinculante 4. Assim, estamos propondo os ajustes necessários para que cessem as discussões acerca da lei", explicou Davim na justificativa do projeto (Ag.Senado).

Instalação portuária poderá ser de utilidade pública

Tramita na Câmara o projeto do deputado Alfredo Nascimento (PR-AM), que considera a instalação portuária pública de pequeno porte (IP4) como de utilidade pública. É destinada ao embarque e desembarque de passageiros e movimentação e armazenagem de carga ao longo de canais, rios, lagoas, enseadas, baías e angras.

Pela proposta, a IP4 não terá fins lucrativos, devendo sua exploração se destinar ao atendimento do interesse público das comunidades por ela servidas. O estabelecimento pode receber bens apreendidos pela Receita para bazares e

também permite a dedução no imposto de renda de eventuais doações recebidas.

Segundo Nascimento, a designação fará com que a União priorize recursos do orçamento para a construção, manutenção e operação dessas instalações. A maioria desse tipo de equipamento está nos estados do Amazonas, onde os rios servem como vias no transporte de pessoas e cargas. A proposta tramita em caráter conclusivo e será analisada pelas comissões de Viação e Transportes; e de Constituição e Justiça (Ag.Câmara).

Acesso de pessoas com deficiência à compra de carro

A Comissão de Seguridade Social da Câmara aprovou proposta que isenta de imposto automóveis adquiridos por pessoa com deficiência. O projeto original, do deputado Alan Rick (DEM-AC), estendia o benefício de isenção do IPI para compra de automóveis para pessoas com deficiência auditiva. Atualmente, a legislação prevê a isenção para pessoas com deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas.

O relator no colegiado, deputado Juscelino Filho (DEM-MA), apresentou versão que não menciona expressamente os tipos de deficiência, de forma a garantir o benefício a pessoas com todos os tipos de deficiência.

Segundo ele, a alteração na lei não representa uma ampliação do número de beneficiários que terão acesso à isenção, mas sim a garantia de que o direito será reconhecido a quem efetivamente precisa do amparo do Estado para superar as dificuldades de participação social.

"Estabelecer tais conceitos em lei baseados apenas em termos médicos afasta a avaliação social da deficiência, indo na contramão de todo o avanço conquistado pelas pessoas com deficiência", explicou Juscelino Filho. O projeto, que tramita analisadamente, ainda será analisado pelas comissões de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça (Ag.Câmara).